

Revista **PULSAR**

2ª edição - O Servidor 37ª edição - jan/25



INOVATEC SOLAR
ENERGIA & SUSTENTABILIDADE

(55) 9.9149-3408

(55) 2120-5888

**R. Santa Rosa, 387
Centro - Santa Rosa**

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

O Peso Injusto Sobre os Servidores
e a
Realidade Ignorada

Ser parceiro é
estar presente

 Cotrirosa

A Importância de um Debate Justo sobre a Reforma Previdenciária



A edição deste mês da revista Pulsar destaca um tema que está ou entrará no centro das discussões políticas e sociais do município: a reforma previdenciária e seus impactos nos servidores públicos. Nosso objetivo não é apenas informar, mas também promover reflexão e fomentar um debate qualificado sobre as medidas propostas e seus reflexos no presente e no futuro.

A reforma previdenciária é frequentemente apresentada como uma solução inevitável para o equilíbrio das contas públicas. Contudo, a análise detalhada da Lei nº 10.887/2004, abordada em nossa matéria principal, revela um quadro que merece ser amplamente discutido. Essa legislação, ao instituir a média salarial como base para o cálculo das aposentadorias, já promoveu mudanças significativas no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), apontando para uma redução gradativa dos déficits atuariais.

A partir de 2030, é esperado que os efeitos dessa transição sejam plenamente sentidos, com a diminuição do passivo atuarial e a estabilização das despesas previdenciárias. Mesmo assim, propostas de novas reformas continuam a surgir, frequentemente justificadas por projeções que desconsideram os avanços obtidos. Isso levanta questões importantes: estamos

discutindo soluções baseadas em dados reais ou em narrativas políticas? Há equilíbrio entre as necessidades do sistema e a proteção dos direitos dos servidores?

Mais do que números, a reforma previdenciária afeta pessoas. Afeta o futuro de quem dedicou uma vida ao serviço público e também a qualidade do atendimento oferecido à população. Penalizar os servidores com medidas desproporcionais pode enfraquecer o setor público e gerar um impacto negativo de longo prazo, como alertamos na matéria de capa.

A solução para os desafios previdenciários não está em reformas apressadas ou superficiais. É essencial investir na gestão eficiente, na fiscalização adequada e no fortalecimento dos RPPS. Também é necessário reconhecer os impactos de decisões equivocadas do passado, como a terceirização excessiva e o uso inadequado de recursos previdenciários.

A Pulsar acredita na importância de um debate justo, embasado em dados e projeções técnicas, que considere não apenas os desafios financeiros, mas também os princípios de justiça social e solidariedade intergeracional.

Convidamos você, leitor, a refletir e participar dessa discussão essencial. Acreditamos que um país mais justo é aquele que respeita quem construiu suas bases e que planeja seu futuro com responsabilidade e humanidade.

Equipe Pulsar

Revista
PULSAR

Endereço: R. Boa Vista – Santa Rosa - RS
 CNPJ: 12.166.743/0001-15
 Direção: Tais Stum
 Jornalista Responsável: Ronaldo Pinheiro MTE: 18972/RS
 Arte e Diagramação: JF diagramações

BETO
Cabeleireiro
 Cortes masculinos
 Av. Expedicionário Weber, 3663
 Cruzeiro - Santa Rosa
9.8443-0600

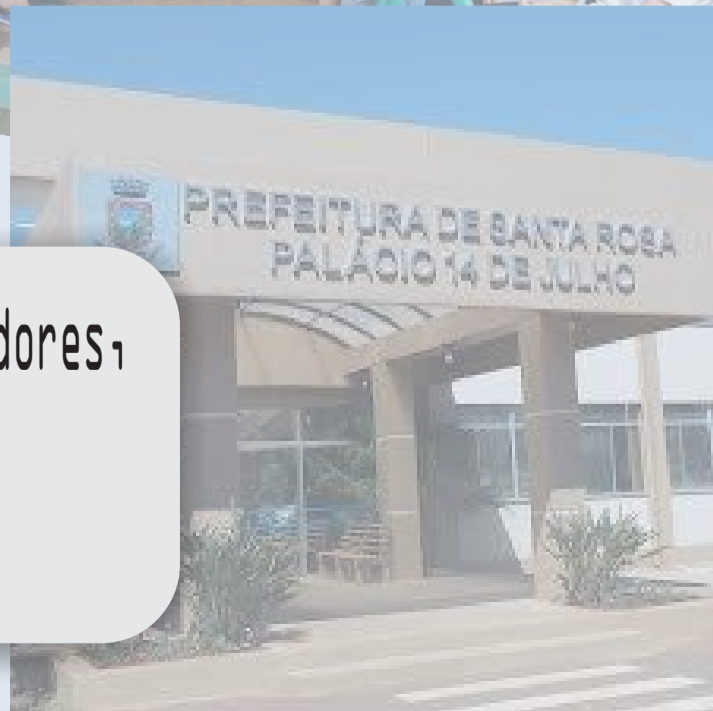
REFORMA PREVIDENCIÁRIA

O Peso Injusto Sobre os Servidores e a Realidade Ignorada



Uso Indevido do Fundo Previdenciário:

Na primeira década do século, o município utilizou os recursos do RPPS para compor o caixa único, sem inicialmente realizar a reposição. Posteriormente, pactuou a devolução com juros significativamente baixos, insuficientes para atingir a meta atuarial necessária. Essa prática gerou um prejuízo considerável aos cofres do RPPS, comprometendo sua capacidade de formar reservas técnicas adequadas e agravando o desequilíbrio do regime.



O déficit previdenciário não é culpa dos servidores, mas das decisões e gestos que ignoraram e ignoram o equilíbrio do sistema.

Reforma Previdenciária: Um Ataque Injustificado aos Servidores

A Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, representa um marco regulatório crucial para o equilíbrio atuarial e financeiro dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Este diploma normativo, ao instituir a metodologia de cálculo dos benefícios de aposentadoria com base na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondente a 80% do período contributivo, promove uma significativa mitigação do déficit atuarial dos RPPS ao longo do tempo. Essa abordagem desvincula a concessão de benefícios do último salário do servidor ativo, eliminando assim uma das principais causas de déficit estrutural que impactava o sistema.

Sob uma ótica atuarial, a média salarial como base de cálculo reduz o valor médio dos benefícios concedidos em comparação com o modelo anterior, baseado no salário integral. Essa mudança diminui as obrigações futuras dos RPPS, permitindo uma redução gradual do passivo atuarial projetado. Além disso, ao limitar o crescimento das despesas previdenciárias de forma desproporcional às receitas, a lei atua como um mecanismo de controle, prevenindo déficits crescentes e indeterminados.

Contratação de Servidores pelo RGPS: Ao contratar novos servidores pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em vez de vinculá-los ao RPPS, o município reduz a base de contribuições ao regime próprio, agravando o desequilíbrio financeiro e atuarial.

Aumento de Cargos Comissionados (CCs): A nomeação excessiva de cargos comissionados, que muitas vezes não contribuem para o RPPS, reduz a arrecadação previdenciária e sobrecarrega o sistema com despesas indiretas.

Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, é imprescindível que as administrações municipais adotem uma gestão previdenciária responsável. Entre as ações necessárias, destaca-se a não terceirização de serviços e a não contratação de servidores sob o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), uma vez que tais práticas deslocam a arrecadação contributiva para fora do RPPS, comprometendo a base de financiamento do regime próprio.

Ademais, manter o vínculo de servidores efetivos ao RPPS garante um fluxo contínuo de receitas contributivas, essencial para o custeio imediato e para a formação de reservas técnicas destinadas ao pagamento dos benefícios futuros. A observância a tais práticas não apenas promove a sustentabilidade do sistema, mas também reflete o princípio da solidariedade intergeracional, que é a base dos regimes previdenciários de repartição.

Reforma Administrativa de 2007: A reforma administrativa municipal implementada em 2007 reduziu diversos direitos dos servidores, como benefícios adicionais e vantagens incorporadas, ajustando as despesas com pessoal e reforçando o compromisso com o equilíbrio fiscal do município.

Portanto, ao considerar os efeitos combinados da Lei nº 10.887/2004 e de uma gestão previdenciária rigorosa, é possível projetar um cenário de equilíbrio atuarial no longo prazo. Tal estabilidade depende, contudo, de políticas públicas que priorizem o fortalecimento institucional dos RPPS, assegurando sua capacidade de atender aos segurados sem onerar excessivamente os entes federativos.

A necessidade de uma reforma previdenciária ampla nos RPPS, muitas vezes apresentada como inevitável, deve ser analisada com maior rigor técnico e sob a luz de projeções atuariais que já incorporam os efeitos das mudanças introduzidas pela Lei nº 10.887/2004. A partir de 2030 (aproximadamente), os primeiros servidores abrangidos integralmente pelas regras de aposentadoria pela média salarial começarão a se aposentar, trazendo consigo uma redução expressiva no valor médio dos benefícios concedidos em comparação com o regime anterior, que utilizava o último salário como referência. Essa transição, por si só, é suficiente para mitigar os déficits crescentes que justificam, em parte, o clamor por reformas previdenciárias adicionais.

Ademais, os modelos atuariais demonstram que a convergência para a aposentadoria pela média salarial tende a estabilizar o passivo atuarial em prazos médios. Tal estabilização decorre da limitação no crescimento das obrigações futuras, uma vez que os valores de benefício passarão a refletir as contribuições efetivas durante o período ativo do servidor. Ao contrário do que ocorre em regimes baseados no salário integral, onde a disparidade entre contribuições e benefícios cria déficits estruturais, o novo modelo garante maior correspondência entre a receita gerada e as despesas projetadas, tornando a hipótese de insustentabilidade financeira futura consideravelmente remota.

Por fim, a implementação de reformas previdenciárias adicionais, com base no argumento de insustentabilidade, ignora a maturação natural dos efeitos das mudanças já implementadas. Reformas apressadas ou desnecessárias podem gerar impactos negativos, como a redução do poder de atração do serviço público, o aumento de litígios judiciais e o enfraquecimento do vínculo contributivo no RPPS. Em vez disso, a prioridade deve ser a execução eficiente das normas vigentes, o fortalecimento da fiscalização e a adoção de políticas que mantenham o fluxo de contribuições ao RPPS. O argumento de que a reforma previdenciária é indispensável perde força diante das evidências de que, a partir de 2030, a dinâmica atuarial e financeira dos RPPS estará substancialmente melhorada, pavimentando o caminho para a sustentabilidade de longo prazo.

Uma eventual reforma previdenciária que imponha ainda mais restrições aos servidores públicos não pode ser analisada de forma simplista, pois representa uma penalização severa a uma categoria que historicamente contribuiu para o fortalecimento institucional do país. Essa penalização, ao reduzir os direitos previdenciários e desestimular novos ingressos no serviço público, pode comprometer gravemente a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. A falta de atratividade das carreiras públicas resultará em um déficit de profissionais qualificados, ampliando a necessidade de contratações emergenciais para suprir demandas, muitas vezes sem os critérios técnicos adequados. Este cenário já é observado na prática com a crescente utilização de cargos em comissão (CCs), frequentemente preenchidos por indicações políticas que não consideram requisitos técnicos ou meritocráticos, colocando em

Aumento da Alíquota de Contribuição: Os servidores aceitaram o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14%, ampliando de forma significativa a arrecadação para o RPPS e demonstrando disposição em contribuir para a sustentabilidade do regime.

risco a eficiência e a qualidade do serviço público.

Ao desincentivar o ingresso e a permanência no serviço público, o impacto de uma reforma previdenciária vai além do equilíbrio atuarial: atinge diretamente a capacidade do ente público de prestar serviços essenciais à população. O argumento de que medidas drásticas são necessárias para "salvar" os regimes previdenciários é equivocado e carrega um viés político que atende a interesses circunstanciais e imediatistas, desconsiderando os reais efeitos de longo prazo. Utilizando uma metáfora, propor que os servidores aceitem uma reforma como solução seria como sugerir que, ao cortar os braços enquanto atravessam um rio, ficariam mais leves e, assim, poderiam se salvar. Esse raciocínio ignora a consequência óbvia: sem braços, perdem-se as ferramentas essenciais para continuar nadando. Em termos práticos, os servidores são colocados em uma posição de desamparo, enquanto aqueles que defendem tais reformas o fazem para responder a interesses políticos de curto prazo, frequentemente ligados a uma agenda que visa agradar chefes do Executivo municipal.

Essas reformas acabam sendo desenhadas por pessoas que ocupam cargos de confiança, fruto de indicações políticas, e que frequentemente não têm o compromisso técnico necessário para entender as implicações reais de suas propostas. Seu discurso, muitas vezes, não é pautado em dados concretos, mas em narrativas que visam atender aos interesses de seus superiores, e não aos da sociedade como um todo. Assim, os servidores públicos, que sustentam o funcionamento da máquina estatal, não devem aceitar reformas que os enfraquecem. Em vez disso, é fundamental resistir a soluções superficiais e desproporcionais, promovendo o debate técnico e a busca por alternativas que garantam a sustentabilidade sem sacrificar a dignidade e a eficiência do serviço público.

Fontes de Pesquisa

1. Lei nº 10.887/2004 - Texto completo e regulamentação disponíveis no site oficial do Planalto.
2. Secretaria de Previdência do Ministério da Economia - Estudos sobre os RPPS e relatórios anuais atuariais.
3. Associação Brasileira de Entidades de Previdência Pública (ABEP) - Análises e propostas de gestão previdenciária.
4. Banco Central do Brasil - Dados sobre rentabilidade de investimentos e políticas financeiras aplicáveis aos fundos previdenciários.
5. Consultorias Atuariais - Publicações de Milliman, Mercer e Gabinete de Estudos Atuariais (GEA) sobre a sustentabilidade dos RPPS.
6. Portais da Transparência - Relatórios estaduais e municipais de sustentabilidade previdenciária.

Espaço O SERVIDOR

Unidos na Luta: Perspectivas e Desafios do SIMUSAR para 2025

O ano de 2025 apresenta-se como um período de desafios e oportunidades para os servidores municipais e para o SIMUSAR, que segue comprometido com a defesa dos direitos da categoria e a valorização do serviço público. Neste cenário de constantes mudanças políticas, econômicas e sociais, torna-se essencial fortalecer a união entre os trabalhadores, ampliar as estratégias de luta e inovar nas ações que promovam melhorias na qualidade de vida e no ambiente de trabalho dos servidores.

Com base nos princípios de justiça, transparência e compromisso coletivo, o SIMUSAR reafirma sua missão de atuar como um agente transformador, promovendo a conscientização, o diálogo e a mobilização. Para isso, o sindicato apresenta uma série de perspectivas que orientam as ações para o próximo ano, englobando desde a luta por direitos já conquistados até a ampliação de benefícios e a promoção de iniciativas que integrem e valorizem a categoria.

Essa proposta visa não apenas reagir aos desafios impostos pelo cenário atual, mas também antecipar soluções e construir um ambiente mais justo, solidário e eficiente para todos os servidores municipais.

- 1. Resistência contra reformas prejudiciais:** Mobilizar a categoria e a sociedade para combater propostas de reformas que possam reduzir direitos dos servidores públicos.
- 2. Formação sindical e jurídica:** Oferecer cursos, palestras e materiais educativos para capacitar servidores sobre seus direitos trabalhistas e sindicais.
- 3. Fortalecimento das parcerias comerciais:** Ampliar acordos e convênios que melhorem o poder de compra dos servidores, incluindo benefícios em saúde, educação e lazer.
- 4. Defesa do piso do magistério:** Lutar pela aplicação efetiva das legislações que garantem o piso salarial para os profissionais da educação.
- 5. Integração esportiva:** Desenvolver projetos de integração esportiva entre servidores, em parceria com a Secretaria de Esportes, promovendo saúde e bem-estar.
- 6. Combate ao assédio moral:** Implementar campanhas de conscientização e suporte jurídico para combater o assédio moral no ambiente de trabalho.
- 7. Apoio à saúde mental:** Propor programas de apoio psicológico para servidores, enfrentando os desafios do ambiente profissional e a sobrecarga emocional.
- 8. Transparência na gestão pública:** Exigir maior transparência na administração municipal, especialmente em relação ao uso de recursos públicos e

impactos nos servidores.

9. Condições dignas de trabalho: Cobrar investimentos em infraestrutura e recursos que garantam segurança e qualidade no ambiente laboral.

10. Fortalecimento da comunicação sindical: Manter canais dinâmicos e acessíveis para informar e engajar os servidores sobre as lutas do sindicato.

Diante dos desafios e metas estabelecidos para 2025, o SIMUSAR reforça seu compromisso em atuar com firmeza e determinação na defesa dos direitos dos servidores municipais. No entanto, a força de qualquer sindicato reside na união e na participação ativa de seus membros. Cada conquista alcançada depende do esforço coletivo e da mobilização de toda a categoria.

Como destacou o presidente do SIMUSAR, Prof. Jonas Fusiger:

«Os servidores municipais são a base de todo o serviço público, e a defesa de seus direitos exige o compromisso e a coragem de cada um de nós. Só conseguiremos superar os possíveis ataques às nossas conquistas se estivermos unidos e determinados a lutar pelo que é justo. O SIMUSAR estará ao lado de cada servidor nessa luta, mas é fundamental que cada um assuma sua responsabilidade nesse processo.»

Com essa mensagem, reforçamos o chamado para que todos os servidores participem ativamente das ações do sindicato, fortalecendo a luta coletiva e garantindo que, juntos, possamos enfrentar os desafios e construir um futuro mais digno e valorizado para todos.



Jiu Jitsu
Ginástica
Taekwondo
Circuito Funcional
Musculação
Karatê
Kickboxing

Convênio com SIMUSAR

Fone: 3511-2602

R. João Macluf, 333 - Centro

**PARCEIRO
SIMUSAR**

SIMUSAR Realiza Entrega de Aves Natalinas aos Associados e Promove Solidariedade no Fim de Ano



No início de dezembro, o SIMUSAR realizou a tradicional entrega das aves natalinas aos seus associados, promovendo um gesto de solidariedade que marca o período de celebrações. Todos os servidores que retiraram o vale-presente no mês de novembro tiveram a oportunidade de garantir sua ave natalina no dia 6 de dezembro. Para aqueles que não puderam comparecer na data estipulada, foi disponibilizada a retirada no mercado Cotrirosa, fornecedor oficial da ação.

Ao todo, cerca de 1.800 aves foram entregues aos servidores associados, incluindo aposentados, reforçando o compromisso do SIMUSAR com o bem-estar de seus membros. O presidente da instituição, Prof. Jonas, destacou a relevância da iniciativa:

"Sabemos que muitos dos nossos servidores enfrentam dificuldades financeiras devido à defasagem salarial, especialmente os aposentados. Esse gesto simples, mas significativo, contribui para tornar o Natal de muitos colegas mais especial, oferecendo uma refeição de qualidade às suas famílias. Para nós, do SIMUSAR, é uma forma de reforçar nosso compromisso com a valorização e o cuidado com o associado."

O professor também ressaltou o impacto emocional da

ação: "Além da entrega em si, esse é um momento de conexão e reconhecimento. Muitos associados comentaram como se sentem acolhidos e valorizados ao receberem essa atenção especial. São gestos como esse que tornam a nossa associação mais forte e unida."

O SIMUSAR segue cumprindo seu papel de amparar e apoiar seus associados, promovendo iniciativas que vão além das lutas sindicais e impactam diretamente a vida dos servidores. Essa ação, mais do que um ato simbólico, reafirma o espírito de solidariedade e gratidão que deve permear as relações humanas, especialmente em tempos desafiadores.

ateliemaker
ASSESSORIA PEDAGÓGICA E TECNOLÓGICA

(55)99116-7552

@ateliemaker
ateliemaker23@gmail.com

Rua: Minas Gerais, 55 Sala
02 Centro.

INFORMATIVO



PREVIROSA

Prof Jonas
Representante dos Servidores
no Conselho Deliberativo do PREVIROSA

99685-8357



**PARCEIRO
SIMUSAR**

**3512-8475
9.8454-3638**

**Av. Expedicionário Weber, 479
Santa Rosa**

A Importância das RPPS para o Desenvolvimento da Comunidade

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) enfrenta desafios significativos relacionados ao seu déficit atuarial, cujas causas são múltiplas e refletem tanto questões estruturais quanto decisões administrativas inadequadas ao longo do tempo. Este artigo apresenta os principais fatores que contribuem para o aumento do déficit e reforça a importância de preservar os direitos dos servidores públicos, pilares do desenvolvimento municipal.

1. Diminuição da Relação Ativos/Inativos

A redução do número de servidores ativos em relação aos aposentados e pensionistas é uma das principais razões do crescimento do déficit. Medidas como terceirizações, contratações temporárias e a recente prática de nomeação pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) agravam ainda mais o desequilíbrio. Essas ações reduzem significativamente as contribuições ao RPPS, comprometendo sua sustentabilidade financeira. Cabe à administração pública assumir a responsabilidade de evitar práticas que enfraqueçam o RPPS, assegurando contratações diretas e contribuições regulares para o fundo.

2. Crescimento Limitado da Folha de Pagamento dos Ativos

O congelamento ou crescimento limitado dos salários dos servidores ativos tem impacto direto na base de arrecadação do RPPS. Com a receita proveniente das contribuições estagnada, o aumento natural das despesas com benefícios previdenciários não é acompanhado por uma correspondente elevação das receitas. Essa discrepância acentua o déficit ao longo do tempo, exigindo ações planejadas para equilibrar o sistema sem penalizar os trabalhadores.

3. Baixa Rentabilidade dos Investimentos

A gestão inadequada dos recursos financeiros do RPPS é outro fator crítico. A aplicação conservadora

ou pouco eficiente dos ativos financeiros resulta em retornos insuficientes para compensar as obrigações previdenciárias. Uma política de investimentos responsável, embasada em parâmetros técnicos e regida por critérios de segurança e rentabilidade, é essencial para mitigar o impacto do déficit.

4. Regimes de Transição Mal Planejados

Desde a criação do fundo previdenciário municipal, em 1991, as decisões sobre o regime de transição foram insuficientes para garantir a sustentabilidade do sistema. Naquele período, houve pouca ou nenhuma cobrança de contribuições, e os recursos do fundo (então denominado Fundo de Aposentadorias e Pensões - FAP) foram utilizados no caixa único do município, em vez de serem aplicados para constituir reservas técnicas adequadas. Esse histórico de gestão imprudente legou ao RPPS um déficit estrutural que continua a repercutir negativamente.

5. Falta de Atualização Atuarial

A ausência de revisões atuariais frequentes e bem fundamentadas contribui para a subestimação do déficit previdenciário. No início do Previrosa (antigo FAP), os cálculos atuariais eram inexistentes ou realizados com dados deficientes, comprometendo a previsão adequada das necessidades financeiras do instituto. A realização de estudos atuariais precisos e periódicos é imprescindível para um planejamento previdenciário eficiente e equilibrado.

6. Impactos Macroeconômicos

Fatores econômicos externos, como crises financeiras, queda nas receitas tributárias e aumento do desemprego, também afetam o equilíbrio do RPPS. Esses elementos limitam a capacidade do município de arrecadar recursos e realizar contribuições patronais adequadas, ampliando o déficit. No entanto, é inaceitável que os servidores públicos sejam responsabilizados por essas adversidades. Os trabalhadores, que dedicam suas carreiras ao desenvolvimento do serviço público, não devem pagar pela má gestão ou por falhas estruturais do sistema.

Reflexão e Defesa dos Direitos dos Servidores

Diante desse cenário, é fundamental que qualquer proposta de reforma previdenciária respeite os direitos adquiridos pelos servidores e busque soluções justas para o déficit do RPPS. Penalizar os trabalhadores, que já cumprem suas obrigações contributivas, é injusto e inadequado. As administrações municipais precisam adotar práticas responsáveis de gestão, garantindo a sustentabilidade do sistema sem sacrificar aqueles que fazem o serviço público acontecer.

Preservar o equilíbrio do RPPS exige um compromisso com a transparência, a responsabilidade fiscal e o respeito aos direitos dos servidores. Apenas com uma abordagem técnica, ética e justa será possível enfrentar os desafios do sistema previdenciário e assegurar sua perenidade para as futuras gerações de trabalhadores públicos.

NOVEMBRO/24

Contribuintes Ativos

1578

Contribuição:

R\$ 4.021.167,00

Rendimentos:

R\$ 1.935.229,30

+

outras receitas provenientes de compensações, acordos e etc.

TOTAL DE RECEITAS

R\$ 6.039.521,39

Aposentados

695

Pensionistas

146

TOTAL DE DESPESAS

3.777.467,12

Superávit

R\$ 2.203.255,72

TOTAL DE RECURSOS

R\$ 407.747.908,29

Espaço Cultural

Pulsar da Luta

Na esquina do tempo, ecoa um grito,
De bocas caladas, um som inaudito.
Correntes invisíveis que ainda prendem,
Nas sombras do mundo, injustiças se estendem.


Um punho cerrado rasga o silêncio,
Clamando por dignidade e pertencimento.
É o suor na terra, o pranto no chão,
É a força de um povo em revolução.

Direitos negados, conquistas tardias,
O peso do ontem em nossas vias.
Mas o fogo não cessa, o sonho não morre,
É chama que arde, é rio que corre.

São vozes unidas, das margens, do centro,
Transformando o lamento em um só movimento.
Cada passo à frente, uma muralha a romper,
Cada direito alcançado, um novo amanhecer.

E se o poder insiste em calar,
Somos o pulsar que não vai parar.
No papel, na rua, no peito em brasão,
Aluta é de todos, a justiça é a ação.

Barnabé



SoluCell
VENDAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Av. Rio Branco, 263
Ao lado da Cacau Show



Sônia Conti
A arte da escuta
PSICÓLOGA CRP 07/28817
PARCEIRO SIMUSAR
(55) 99649-5245
ica-sonia@hotmail.com soniaconti64
Convênio: SIMUSAR

SOS REPAROS | Paulo Roberto Cunha
Responsável Técnico
Elétrica - Hidráulica
Pintura Prediais - Reparos
(55) 9 9984-3578

Gaia Clínica De Psicologia
Ana J. de M. Fonseca
Psicóloga CRP 07/30451
(55) 9 9994-0950
joelma.psi31@gmail.com
@psi.anna_fonseca31
Av. Rio Branco, 894 - 2º andar - sala 03 - Centro - Santa Rosa/RS

EDUCAÇÃO

Inovação: Escola em Sta Rosa oferece cursos de Robótica

Para crianças de 7 a 10 anos desenvolverem habilidades como raciocínio lógico, trabalho em equipe, resolução de problemas e muito mais.

- * Turmas iniciando em setembro
- * Vagas limitadas!
- * Agende uma visita e saiba mais!

Hey Peppers!

Hey Peppers! Santa Rosa | (55) 9 9679-5789 | @heypeppersstarosa

Reflexão



Flávio Girardon - Prof. de História

Nas sociedades atuais, muito se tem questionado sobre as funções específicas dos principais segmentos que compõem a sociedade, desde o trabalho até a organização familiar que passou por mudanças nas últimas décadas. Mas há um elemento estratégico que merece uma avaliação profunda dentro do que significa para as pessoas de uma maneira geral. Estamos falando das Igrejas que tiveram um crescimento em potencial no Brasil nos últimos trinta anos estabelecendo-se em vários rincões desse país, principalmente nas periferias. Mas, afinal, como funciona essa ferramenta tão presente no meio social? Podemos dizer que é ideológica porque possui interesses, objetivos, seja no campo espiritual ou de manutenção da ordem vigente.

As igrejas compõem o sistema das religiões fortemente enraizado na sociedade brasileira desde os tempos coloniais. Mas qual é o verdadeiro papel das ordens religiosas? Estão de fato cumprindo sua missão? Estão comprometidas com as causas populares? Possuem uma preocupação voltada para a transformação da sociedade? Podemos dividir o aparato religioso em duas situações: a religião como uma superestrutura que significa algo voltado para a manutenção do sistema de exploração. Vejamos alguns exemplos: nas sociedades antigas, tanto romanos, quanto egípcios, persas, gregos utilizavam a religião como um instrumento de controle social, persuasão, dedicado ao poder dominador, não poderia haver questionamentos

A Ferramenta ideológica das Igrejas

acerca da vontade dos deuses e quem ousasse ir contrário as normas estabelecidas era punido com a morte como forma de agradar os próprios deuses. As pessoas que buscavam algo libertador eram vistas como intrusos dentro dessa ordem estabelecida. Na idade média, era mais complicado ainda pois a Igreja tornou-se rica e poderosa, abandonando os preceitos de salvação e o pior utilizava de sua força para promover uma forte ligação com o poder político. Essa superestrutura nunca esteve voltada para os anseios populares e mesmo hoje percebemos a falta de compromisso, a utilização de determinadas Igrejas como alavancas para manter o povo submisso, facilmente explorado, enfim, uma destruição do objetivo maior que é o compromisso com o espiritual e a transformação da sociedade.

A religião como infraestrutura é algo totalmente oposto da superestrutura, pois temos uma Igreja dignificante, aberta e dinâmica voltada para a consciência coletiva. Os aspectos são norteados por elementos altamente positivos e que compõem uma mudança de comportamentos como por exemplo: perceber a importância do outro, compreender a dinâmica da natureza, valorização dos dispositivos estratégicos para a evolução humana como: o amor, afeto, carinho, ternura, cooperação. A religião infraestrutural abre as mentes e deposita a semente da consciência crítica aonde temos um Deus libertador, amoroso e aber-

to ao acolhimento. Os valores renegados e deixados de lado são resgatados e dispostos com o alcance espiritual. Em suma, a religião como superestrutura aprisiona, condena, maltrata, destrói, é preconceituosa, gananciosa, obscura, exerce a politicalha. A religião como infraestrutura liberta, salva, trata com afeto, é digna, não tem preconceitos, é coletiva, produz uma luz que abre a mente humana e faz a boa política porque tudo o que exercemos na sociedade é um ato político.

Portanto em nossos dias não muito diferente do passado, os seres humanos necessitam sair da caverna aonde estão acorrentados, é necessário deixar as sombras e descobrir as belezas do mundo, abrir os olhos, sentir a brisa e o espírito da diversidade. Existem dezenas de credos religiosos no planeta, mas a raça humana é única e precisa salvar o que ainda resta no seu íntimo de percepção, encontrar o verdadeiro significado da espiritualidade. Se temos a capacidade de realizar feitos maravilhosos e tudo o que já criamos ao longo dos tempos, devemos também ter a condição de construir ligamentos religiosos fortalecidos pelo bem comum. Mas para isso é necessário despir-se dos aspectos negativos. Em outras palavras, não há evolução sem conhecimento. Compreender o mundo, olhar para si, libertar-se da ignorância.

PROCEDIMENTOS:

- Profilaxia
- Raspagens
- Restaurações
- Clareamento

KYMBERLY RAQUEL
CIRURGIÁ DENTISTA CLÍNICA
GERAL - CRO/RS 32136

RUA FERNANDO FERRARI
45 CENTRO SANTA ROSA,
SAGGIN ORTOCLINICA

Agafarma Cuida com o coração

PARCEIRO SIMUSAR

(55) 99159.7020
@agafarmacruzeiro

Av. Flores da Cunha, 1091 e 1264
Cruzeiro - Santa Rosa/RS
Av. Expedicionário Weber, 3771
Cruzeiro - Santa Rosa/RS
Av. Expedicionário Weber, 1707
B. Central - Santa Rosa/RS

Desconto Especial para
Servidores associados ao
Simusar
Venha já fazer o
seu cadastro!

OPINIÃO

Reforma Previdenciária Um Peso Injusto Sobre os Ombros dos Servidores

Proj Jonas Fusiger - Presidente do SIMUSAR



A recente discussão sobre a necessidade de uma nova reforma previdenciária no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) é, no mínimo, preocupante e exige reflexão. As vozes que clamam pela mudança argumentam que o sistema é insustentável, mas ignoram uma série de fatores históricos e estruturais que desmentem tal narrativa. O fato é que os servidores já fizeram sua parte na busca pelo equilíbrio e não podem ser penalizados por problemas que são frutos de gestões equivocadas e interesses políticos.

Desde a aplicação da Lei nº 10.887/2004, os servidores passaram a se aposentar com benefícios calculados pela média salarial, em vez de pelo último salário integral. Essa mudança já representou uma significativa redução nos custos previdenciários, promovendo um impacto direto na sustentabilidade dos RPPS. Ademais, a reforma administrativa de 2007 reduziu direitos históricos dos servidores e, mais adiante, o aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14% ampliou consideravelmente a arrecadação. Esses ajustes, feitos com sacrifício pelos servidores, demonstram o compromisso da categoria com o equilíbrio financeiro do sistema.

É essencial destacar que parte do desequilíbrio é resultado de gestões municipais que, ao longo das décadas, tomaram decisões que prejudicaram o RPPS. Na década de 1990, por exemplo, muitos municípios criaram regimes próprios sem realizar as contribuições necessárias, assumindo aposentadorias diretamente para evitar dívidas com o RGPS, que é o caso de Santa Rosa. Na primeira década deste século, o uso indevido do fundo previdenciário para compor o caixa único, seguido por devoluções com juros abaixo da meta atuarial, gerou perdas significativas aos cofres do RPPS. Essas escolhas, claramente alheias à vontade dos servidores, impactaram negativamente o equilíbrio financeiro do sistema.

Agora, diante da perspectiva de uma nova reforma, é imperativo que os servidores compreendam a gravidade do momento. Não é apenas o futuro do RPPS que está em jogo, mas também os direitos que foram arduamente conquistados. A narrativa que busca transferir a responsabilidade do déficit para os servidores é equivocada e atende a interesses que ignoram a verdade sobre as origens dos problemas. A proposta de reformas adicionais não visa resolver o problema estrutural, mas sim penalizar ainda mais os trabalhadores públicos, que já carregam uma parcela desproporcional do esforço.

Unir-se é fundamental. Somente por meio da organização e da mobilização os servidores poderão resistir a essa tentativa de transferir o custo das más gestões e da falta de compromisso político para seus ombros. Além de cruel, é uma proposta inconsequente que atende apenas às demandas políticas da atual gestão municipal. Nesse contexto, os gestores dos RPPS estão, muitas vezes, mais preocupados em defender a tese proposta pelo prefeito, pois sua permanência no cargo depende de indicação política. Por sua vez, o interesse do prefeito com a reforma é claro: abrir caminho para mais terceirizações, cargos comissionados (CCs) e, agora, nomeações via RGPS, comprometendo ainda mais o equilíbrio do sistema.

A conta da reforma, se aprovada, será paga pelos servidores. Mas o prejuízo será da comunidade: a desvalorização do trabalho público, a queda na qualidade dos serviços prestados à população e o enfraquecimento de um sistema que é essencial para o funcionamento do município. Que este momento sirva de alerta e de chamado para a união: os servidores não podem e não devem pagar por erros que não cometeram. É hora da comunidade lutar junto pela manutenção e melhoria da qualidade do serviço público.

Greice Dal Ri Traesel
Psicóloga Clínica
CRP 07-342229

**PARCEIRO
SIMUSAR**

Especialização em Saúde Mental
Especialização em Psicologia Junguiana
Especialização em Dependência Química

Clínica Traesel Especializada
Rua Fernando Ferrari, 222 - Centro - Santa Rosa
Cel: (55) 99205-0215 / (55) 3512-5344

Clínica Amarillis

- Fisioterapia Traumato-ortopédica
- Fisioterapia Domiciliar
- Pilates
- Massagem terapêutica
- Atendimento psicológico

Contato:
(55) 9 99142147 - Fernanda (fisioterapeuta)
(55) 9 97321478 - Clever (psicólogo)

Rua João Dahne, 179, Edifício Kempf, sala 202, centro



Amarillis
PSICÓLOGIA E FISIOTERAPIA

Planejar o Futuro: Como Cuidar da Sua Saúde Financeira em 2025

O início de um novo ano é o momento perfeito para repensar nossos hábitos, estabelecer metas e planejar o futuro. Para muitas famílias que vivem com um salário mínimo, esse planejamento é um desafio, mas também é uma oportunidade de evitar problemas financeiros e buscar maior estabilidade. Pequenas atitudes conscientes no presente podem fazer a diferença no longo prazo.

Aqui estão cinco passos práticos para você organizar sua vida financeira em 2025:

1. Avalie suas dívidas e gastos

Antes de qualquer planejamento, é importante entender para onde está indo o seu dinheiro. Analise as dívidas atuais e avalie a real necessidade de novos empréstimos ou compras parceladas. Muitas vezes, comprometer parte significativa da renda com parcelas pode gerar um ciclo de endividamento difícil de superar.

2. Cuidado com os juros

Empréstimos e cartões de crédito são ferramentas úteis, mas os juros altos podem comprometer ainda mais o orçamento. Antes de renegociar uma dívida ou contratar um novo empréstimo, avalie as condições com cuidado. Alongar prazos pode parecer vantajoso, mas pode também aumentar o valor total a ser pago.

3. Use o cartão de crédito com responsabilidade

O cartão de crédito pode ser um aliado, desde que seja usado com planejamento. Pague sempre a fatura completa e evite atrasos, pois os juros cobrados pelo rotativo são extremamente altos. Caso já esteja com dificuldades, priorize quitar o cartão para evitar que a dívida aumente rapidamente.

4. Priorize o essencial

Antes de realizar uma compra, pergunte-se se ela é realmente necessária. Muitas vezes, escolhas simples podem ajudar a economizar e manter o orçamento sob

controle. Para quem tem renda limitada, focar no essencial é fundamental para evitar novas dívidas.

5. Se possível, comece uma reserva de emergência

Mesmo que pareça difícil, tente guardar pequenas quantias regularmente. Uma reserva de emergência, mesmo que modesta, pode ajudar a lidar com imprevistos sem recorrer a empréstimos. Comece com valores acessíveis e aumente conforme for possível.

Uma perspectiva realista

Entendemos que viver com um orçamento apertado exige escolhas difíceis. Mas ao adotar práticas financeiras conscientes, é possível reduzir o impacto dos juros altos, evitar endividamentos desnecessários e, gradualmente, construir uma base mais estável para o futuro.

Que 2025 seja o ano em que você assume as rédeas do seu dinheiro com realismo e responsabilidade. Pequenos passos hoje podem fazer toda a diferença amanhã.



SIMUSAR
SINDICATO DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE SANTA ROSA

Novas lutas VIRÃO. Novas
CONQUISTAS nos aguardam!
Faça parte dessa luta!

Convênio **FEMA**
e **Sindicato**

Benefício para colaboradores, cônjuges e dependentes.



- Até 20% de desconto para alunos da Educação Infantil ao Nível Técnico.
- 15% de desconto para alunos do Ensino Superior e Pós-Graduação.
- 5% de desconto no débito em conta.

Estude com a gente!

(55) 3511-9100
(55) 9.9182-6272
www.fema.com.br

Fema

Feminha

Escola

Cursos Técnicos

Graduação

Pós-Graduação